



42

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima***TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL****PROCESSO Nº 0002692-36.2014.8.17.0000 (0330383-9)****HABEAS CORPUS****IMPETRANTE: JOSÉ ESMERALDO SAMPAIO BRITO – ASSESSOR
JURÍDICO PSAL****PACIENTE: ALESSANDRO MENEZES BARROS****RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho****RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima****PROCURADOR DE JUSTIÇA: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti**

EMENTA: PENAL E LEI DE EXECUÇÃO PENAL.
HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE PEDIDO
DE REMIÇÃO POR ESTUDO. MANUTENÇÃO.
CURSO QUE NÃO TRAZ RESULTADO PRÁTICO
BENÉFICO AO APENADO. DESVIRTUAMENTO
DO FIM DA LEI. – À UNANIMIDADE DE VOTOS,
DENEGOU-SE A ORDEM.

1. Diante do disposto no artigo 126 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), com a nova redação dada pela Lei nº 12.433/2011, não há dúvida da possibilidade de remição da pena por atividade estudantil.
2. É certo, contudo, que o fim da remição é submeter o cidadão preso a um processo de reeducação, de modo que ele possa ser ressocializado e posteriormente volte ao convívio social em

melhores condições de adaptação, e isto ocorre, também, dando-
lhe instrumentos que lhe permitam almejar novas oportunidades
profissionais em seu retorno à sociedade. 43

3. No caso dos autos, entretanto, o curso realizado pelo apenado nada parece agregar à sua evolução pessoal ou profissional e, conseqüentemente, a uma eventual melhora em suas condições de convivência. Considerando que ele já havia concluído o ensino médio, a atividade estudantil apontada – programa para reduzir distorção idade-série no ensino fundamental e no ensino médio – realmente não trouxe para o condenado o benefício pretendido pela lei.
4. Manutenção da decisão que indeferiu o pedido de remição por estudo feito em favor do paciente junto ao Juízo de Direito da 4ª Vara da Execução Penal do Estado de Pernambuco.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0002692-36.2014.8.17.0000 (0330383-9), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em denegar a ordem, nos termos do voto contido nos autos.

Recife, 11 de  de 2014 .


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



424

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002692-36.2014.8.17.0000 (0330383-9)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ ESMERALDO SAMPAIO BRITO – ASSESSOR
JURÍDICO PSAL

PACIENTE: ALESSANDRO MENEZES BARROS

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATÓRIO

O Bel. José Esmeraldo Sampaio Brito, inscrito na OAB sob o nº 5.580, Assessor Jurídico do Presídio de Salgueiro, impetrou o presente *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de **ALESSANDRO LOPES MENEZES BARROS**, qualificado à fl. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Quarta Vara de Execução Penal sediada em Petrolina – PE, Juízo perante o qual tramita o processo de execução penal tombado sob o nº 2011.0028.001089.

Alega o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal no processo de execução supramencionado, ante o indeferimento, pela autoridade apontada coatora, do pedido de remição por estudo feito em favor do acusado, sob a alegação de que a frequência ao curso, no caso em tela, ocorreu como mera manobra para obtenção do benefício.

Argumenta o impetrante que as comprovadas horas de estudo do paciente, no programa de estudo do Governo Estadual denominado "Travessia" (Educação de Jovens e Adultos - EJA), devem ser consideradas para efeito de remição, eis que a lei apenas impõe a necessidade de que se tenha frequentado atividades de ensino fundamental, médio, profissionalizante, superior ou ainda requalificação profissional, não sendo, pois, relevante se já houve graduação escolar pretérita. Ou seja, o que deve ser levado em consideração é a realização do estudo, seja qual for o tipo, o grau ou a metodologia.

Requer, em suma, o deferimento da remição por estudo do paciente e sua consequente progressão ao regime semiaberto.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 08/11.

Colacionou jurisprudência.

O pedido liminar foi indeferido em decisão interlocutória inserta às fls. 22/23.

A autoridade indicada coatora prestou informações às fls. 31/32, em que corroborou os termos de sua decisão.

A Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 36/38, opinando pela concessão da ordem.

É O RELATÓRIO.





46

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002692-36.2014.8.17.0000 (0330383-9)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ ESMERALDO SAMPAIO BRITO – ASSESSOR
JURÍDICO PSAL

PACIENTE: ALESSANDRO MENEZES BARROS

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

VOTO

Sr. Des. Presidente,
Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, o Bel. José Esmeraldo Sampaio Brito, Assessor Jurídico do Presídio de Salgueiro, impetrou o presente *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de **ALESSANDRO LOPES MENEZES BARROS**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Quarta Vara de Execução Penal, perante o qual tramita o processo de execução tombado sob o nº 2011.0028.001089.

Alega o impetrante, basicamente, que o acusado está sofrendo constrangimento ilegal por não ter sido deferido o pedido de remição por estudo formulado em seu favor junto àquele Juízo.

Requer, assim, a concessão da ordem a fim de que seja reconhecido o direito à remição, com a consequente progressão do regime prisional para o semiaberto.

De acordo com as informações da autoridade apontada coatora (fls. 31/32), o pedido de remição por estudo, apresentado perante aquele Juízo de Execução, foi indeferido sob o entendimento de que houve desvio da finalidade dos estudos realizados pelo educando.

Diz que o projeto "Travessia" visa encurtar o caminho daqueles que estão com o grau de escolaridade em atraso, permitindo que eles concluam uma fase dos estudos mais rapidamente do que ocorreria na grade curricular. Ocorre que, no caso em questão, o paciente já concluiu o segundo grau, de modo que não haveria qualquer sentido em vir a cursar a mesma fase acadêmica novamente.

Esclarece, ainda, que não se trata no caso de requalificação profissional, mas tão somente de manobra para ter o tempo de pena remido, com desvio da finalidade precípua do projeto "Travessia" e do próprio espírito da LEP, conforme lançado na decisão que integra os autos.

Pois bem.

Diga-se, de início, que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já havia assentado no sentido de ser possível a consideração da atividade educacional para fins de remição.

Tal entendimento, aliás, já se encontrava consolidado por meio da Súmula 341 daquela Corte Superior, *in verbis*:

"A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semi-aberto".

Também neste sentido:

STJ: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO. ATIVIDADE ESTUDANTIL. POSSIBILIDADE. REINSERÇÃO SOCIAL DO CONDENADO. FINALIDADE DA LEP. ORDEM CONCEDIDA. 1. Este Superior Tribunal de Justiça já sedimentou a orientação de que o termo trabalho, previsto no art. 126 da Lei de Execução Penal, alcança também a atividade estudantil, para fins de remição da pena, tendo em vista que atinge, da mesma forma, a finalidade do instituto, a dizer, incentivar o bom comportamento do condenado e sua readaptação ao convívio social. 2. Precedentes: HC 58.926/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 16.10.2006; HC 44.271/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 01.08.2006; REsp 744.032/SP, Min. FELIX FISCHER, DJU 05.06.2006. 3. Ordem concedida, em consonância com o parecer ministerial. (HC 86059/SP. Quinta Turma. Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Julgamento em 21/02/2008)

Qualquer eventual dúvida sobre o tema restou dissipada de vez com a edição da Lei nº 12.433/2011, a qual, dando nova redação ao artigo 126 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), estabeleceu expressamente a possibilidade de remição por estudo.

Com efeito, dispõe o mencionado dispositivo, em sua nova redação:

"Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011)

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e

deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011)

§ 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011)

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

§ 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)”.

Há de se ressaltar, no entanto, que o fim da remição é submeter o cidadão preso a um processo de reeducação, de modo que ele possa ser ressocializado e posteriormente volte ao convívio social em melhores condições de adaptação do que no momento em que adentrou no estabelecimento prisional, e isto ocorre, também, dando-lhe instrumentos que lhe permitam almejar novas oportunidades profissionais em seu retorno à sociedade.

Entretanto, no caso dos autos, como bem observou a autoridade apontada coatora, o curso realizado pelo apenado nada parece

agregar à sua evolução pessoal ou profissional e, conseqüentemente, a uma eventual melhora em suas condições de convivência.

A finalidade do processo "Travessia" era precipuamente a de "reduzir a distorção idade-série no ensino fundamental, atendendo aos jovens de 15 anos de idade ou mais, e no ensino médio atendendo aos jovens acima de 17 anos, visto que se trata de um programa de aceleração e correção de fluxo escolar".

Logo, tal curso realmente não trouxe qualquer avanço ao condenado, uma vez que ele já havia concluído o ensino médio.

Conforme ressalta Guilherme de Souza Nucci, "no tocante ao estudo, o mínimo que se demanda é haver algum resultado (para o apenado), pois somente a frequência não significa progresso"¹.

De tal modo, por não restar atendido no presente caso o objetivo da lei, entendo que deve ser mantida a decisão denegatória.

Frise-se, por fim, que, de todo modo, a progressão de regime não poderia ser reconhecida através do presente *writ*, dada a impossibilidade de exame adequado de seus requisitos legais.

Por todo o exposto, e pedido vênia à douta Procuradoria de Justiça, o meu voto é no sentido de denegar a ordem pleiteada.

É COMO VOTO.



¹ NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 13ª Edição. Editora revista dos Tribunais. Pág. 383.